

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II DA DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 278/17

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO
ESTADUAL

Aplicável ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Item	Título Documento/Modelo/ Informações Exigidas	Formato
1	Ofício de encaminhamento assinado pelo titular da unidade jurisdicionada ou responsável competente.	PDF
2	Relação dos Responsáveis, conforme Modelo 1 desta Deliberação: - do responsável pelas contas; - do responsável pelo encaminhamento das contas; - do responsável pelo setor contábil; - do responsável pela Unidade de Controle Interno - UCI - do órgão/entidade/Poder.	PDF
3	Balancete Analítico evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12.	XLS e PDF
4	Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	XLS e PDF
5	Balanco Orçamentário, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - execução de Restos a Pagar Não Processados; - execução de Restos a Pagar Processados.	XLS e PDF
6	Balanco Financeiro, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	XLS e PDF
7	Balanco Patrimonial, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - dos ativos e passivos financeiros e permanentes; - das contas de compensação; - do <i>superávit/déficit</i> financeiro.	XLS e PDF
8	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	XLS e PDF
9	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, na forma estabelecida pelo MCASP vigente no exercício em análise.	PDF
10	Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da LF nº 4.320/64.	XLS e PDF
11	Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros I e II, conforme Modelo 2 desta Deliberação.	XLS e PDF
12	Relatório elaborado pela Unidade de Controle Interno, considerando o conteúdo de referência previsto no Modelo 3A desta Deliberação, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos a serem aplicados, acompanhado de parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis.	PDF
13	Relatório elaborado pela Unidade Central do Controle Interno, considerando o conteúdo de referência previsto no Modelo 3B desta Deliberação, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos a serem aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis.	PDF
14	Declaração do Titular da Unidade Jurisdicionada informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelos órgãos integrantes do sistema de controle interno.	PDF
15	Declaração do Responsável pelo Setor Contábil, conforme Modelo 4 desta Deliberação.	PDF
16	Demonstrativo das Responsabilidades não Regularizadas, conforme Modelo 5 desta Deliberação.	XLS e PDF
17	Quadro Resumo da Dívida Fundada, conforme Modelo 8 desta Deliberação.	XLS e PDF
18	Relação dos restos a pagar processados cancelados, contendo as respectivas justificativas, conforme Modelo 43 desta Deliberação.	XLS e PDF
19	Cópia da Lei de criação previdenciária atualizada.	PDF
20	Cópia da ata de reunião do órgão colegiado que aprovou a Política de Investimentos do RPPS para o exercício em análise.	PDF
21	Relação das Unidades Gestoras do ente que devem contribuir para com o RPPS, tendo por competência o exercício em análise, conforme Modelo 9 desta Deliberação.	PDF
22	Demonstrativo das contribuições (dos segurados e patronal) devidas e efetivamente repassadas no exercício, segregado também por órgão contribuinte (um quadro para cada UG) e um consolidado dos Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado), conforme Modelos 10 e 11 desta Deliberação.	XLS e PDF
23	Demonstrativo evidenciando o montante das contribuições patronais e retidas dos segurados em atraso, que deveriam ter sido repassadas tempestivamente pelo ente, não incluídas em parcelamento de débitos, segregado também por órgão contribuinte, detalhando os valores originais por mês de competência e os encargos moratórios atualizados até 31/12, conforme Modelo 12 desta Deliberação.	XLS e PDF
24	Cópia das Leis que autorizaram os Acordos de Parcelamento de Débitos vigentes, originados das contribuições previdenciárias em atraso, apuradas e confessadas, acompanhados de demonstrativo que discrimine, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado, conforme Modelo 13 desta Deliberação.	PDF
25	Demonstrativo evidenciando o montante a receber do ente em decorrência da formalização do Termo de Parcelamento em 31/12, contendo: número do termo pactuado, data da pactuação, valor pactuado, montante recebido em exercícios anteriores, montante recebido no exercício em análise e saldo a receber, conforme Modelo 14 desta Deliberação.	XLS e PDF
26	Demonstrativo evidenciando o montante das transferências recebidas do ente para cobertura de <i>déficit</i> atuarial no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 15 desta Deliberação.	XLS e PDF

27	Demonstrativo evidenciando o montante das transferências recebidas do ente para cobertura de <i>déficit</i> financeiro no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 16 desta Deliberação.	XLS e PDF
28	Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Resolução CMN nº. 4.963/2021 ou alterações posteriores, conforme Modelo 17 desta Deliberação.	XLS e PDF
29	Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	PDF
30	Demonstrativo que evidencie a memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício, explicitando o percentual definido em lei, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, conforme Modelo 18 desta Deliberação.	XLS e PDF
31	Demonstrativo que evidencie as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no exercício para fins de verificação quanto ao limite legal da taxa de administração, conforme Modelo 19 desta Deliberação.	XLS e PDF
32	Relatório que definiu a política anual de investimentos e suas revisões, na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 4.963/2021 ou alterações posteriores, aprovado pelo órgão colegiado da unidade jurisdicionada.	PDF
33	Cópia dos Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MTP nº 1.467/2022 ou alterações posteriores, conforme o caso.	PDF
34	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP emitido pelo Ministério da Previdência Social, conforme critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98 ou alterações posteriores, que atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados, com validade na data de encerramento do exercício financeiro em análise.	PDF
35	Extrato Previdenciário com as informações sobre a situação do ente em relação a cada um dos critérios previstos na Lei Federal nº 9.717/98 ou alterações posteriores, cuja regularidade é exigida para fins de emissão do CRP, com referência à data de encerramento do exercício financeiro em análise.	PDF
36	Demonstrativo dos montantes <u>recebidos e pagos</u> a título de compensação financeira no exercício, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.796/99, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.188/2019, ou alterações posteriores, conforme Modelo 20 desta Deliberação.	XLS e PDF
37	Cópias dos relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Estaduais vinculados aos Fundos Especiais, dentre outros).	PDF
38	Cópia do ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, <u>no caso de gestão própria da execução da política de investimentos</u> , acompanhado da comprovação de que este foi aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica difundida no mercado brasileiro de capitais, conforme exigência da Portaria MTP 1.467/2022 ou alterações posteriores.	PDF